

PRECONCEITO LINGUÍSTICO: SOCIEDADE, ESCOLA E O ENSINO DE PORTUGUÊS

Itamara Jamilly C. Rique (UEPB)¹
Itamara_jamilly@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A necessidade de escrever um artigo com o tema voltado para o preconceito linguístico é o de propor uma discussão contra os efeitos prejudiciais que ele pode desenvolver no educando, mostrando que esse tipo de preconceito não tem o menor fundamento, pois já é sabido que os fenômenos variáveis podem ser perfeitamente explicados.

Com a abrangência das discussões sobre as variações linguísticas, os professores já encontram subsídios para implementar um ensino de língua voltado para a diversidade e, com isso, tentar ações contra esse tipo de preconceito na escola.

Nosso objetivo principal é propor através dos estudos linguísticos, que a diversidade e as variações linguísticas, possam ser finalmente compreendidas e que essa consciência possa erradicar o preconceito com relação aos usos da língua, nos mais diversificados contextos.

1 PRECONCEITO LINGUÍSTICO : PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

O preconceito linguístico nada mais é do que um julgamento que menospreza as variedades linguísticas. Infelizmente o que vemos é esse preconceito ser mantido cada vez mais através dos programas de televisão, rádio, materiais didáticos e gramáticas normativas, que tentam propor o que é certo ou errado na nossa língua.

Combater esse preconceito no nosso dia a dia é de suma importância, pois devemos entender que, independentemente do sujeito ter domínio ou não da língua padrão, seu poder comunicativo ainda existe e precisa somente de adequações. Ele é sim um falante competente de sua língua materna e precisa ser direcionado às habilidades dos contextos e situações de uso da mesma. Marcos Bagno (1999, p.166-167) afirma que é preciso “conscientizar-se de que todo falante nativo de uma língua é um usuário competente dessa língua, por isso, ele sabe essa língua”.

Portanto, o conhecimento do falante sobre sua língua é inerente a sua própria vivência em sociedade. O erro, conceito muito utilizado para chamar atenção sobre os desvios do uso da norma padrão, é mais uma forma de punir ou excluir o falante que não segue o padrão linguístico preestabelecido pela classe dominante. Bagno (1999, p.149) coloca que “[...] qualquer criança entre os 4 e 5 anos de idade já domina plenamente a gramática de sua língua”.

Assim, compreendemos que mesmo as pessoas que ainda não tiveram acesso à gramática normativa têm um conhecimento inato da língua. Sobre esse fato, Mário Perini (1999, p.13) mostra-nos que:

Qualquer falante de português possui um conhecimento implícito altamente elaborado da língua, muito embora não seja capaz de

¹ Graduada em Letras pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

explicitar esse conhecimento. E esse conhecimento não é fruto de instrução recebida na escola, mas foi adquirido de maneira tão natural e espontânea quanto a nossa habilidade de andar.

Pensando sobre a diversidade da nossa língua, devemos perceber que, muitas vezes, a escola tenta impor ao falante uma variante da língua que é comum a todos os brasileiros, mas esquece que a padronização de uma língua serve mais diretamente à modalidade escrita, fundamentalmente aprendida na escola. A diversidade linguística imprime uma condição especial à modalidade falada, porque a língua carrega as variações condicionadas por inúmeros fatores que, por sinal, são essencialmente mais sociais e culturais do que propriamente linguísticos, tais como: a faixa etária, o gênero, a situação socioeconômica, o grau de escolarização etc. (TARALLO, 1994, p. 11-2).

Sendo um país multilíngue, o Brasil é riquíssimo em variantes linguísticas e o reflexo dessa diversidade se dá na fala dos brasileiros e não na escrita, por ser esta uma modalidade usualmente padronizada.

O fato é que, como a ciência linguística moderna já provou e comprovou, não existe nenhuma língua no mundo que seja uniforme e homogênea. O monolinguismo é uma ficção. Toda e qualquer língua humana viva é, intrinsecamente e inevitavelmente, heterogênea, ou seja, apresenta variação em todos os seus níveis estruturais e em todos os seus níveis de uso social (BAGNO, 1999, p.27-28).

Como a educação de qualidade infelizmente ainda é privilégio de poucos em nosso país, uma quantidade significativa de brasileiros permanece à margem do domínio das formas prestigiadas do uso da língua. Portanto se formos acreditar em uma língua única, identificada e construída, a partir da manutenção da norma padrão, estaremos caindo nas armadilhas do desconhecimento de nossa própria língua e endossando os conceitos preconceituosos da classe dominante e da mídia.

Termos consciência de que a diversidade linguística existe e que a mesma é crucial, bem como conhecermos as modalidades de uso da língua e suas variantes é de suma importância. Pois a ausência desse conhecimento leva ao preconceito e, inevitavelmente, aos problemas gerados por ele na escola, durante o processo de ensino e aprendizagem da língua que falamos.

Os falantes que não dominam a língua padrão são geralmente excluídos de participarem das atividades requeridas pela escola, e passam a acreditar que não conhecem a própria língua que falam. É comum acontecerem repreensões abusivas sobre desvios gramaticais, criando um ambiente opressor e receoso para o falante em formação. Somado a isso, as diferenças econômicas e a dificuldade do acesso ao português padrão geram indivíduos totalmente descrentes de sua capacidade de acesso à norma gramatical, bem como às informações difundidas pela classe dominante.

Diante desse abismo social, não surpreende que muitos estudos empreendidos por diversos pesquisadores venham mostrando que os falantes das variedades linguísticas estigmatizadas têm sérias dificuldades em compreender as mensagens enviadas para eles pelo poder público, que serve exclusivamente da norma padrão. (BAGNO, 1999, p.30).

É preciso que a escola e todas as instituições de educação e cultura, reconheçam a verdadeira diversidade linguística de nosso país, e abandonem o mito da unidade do português brasileiro, para assim planejarmos políticas de ação junto à população marginalizada dos falantes sem prestígio social. Porém, não se trata de aceitar a variedade linguística falada pelos alunos e proporcionar aos mesmos o acesso a outras variantes. A função da escola é levar o aluno a conhecer e dominar essas variantes; dominar, antes de mais nada, as habilidades de leitura e escrita.

Ressaltar que o mero domínio da norma padrão não irá, de imediato, resolver todos os problemas de uma pessoa carente. Como nos diz Marcos Bagno (1999, p.91): “É preciso garantir, isto sim, o acesso à educação em seu sentido mais amplo, aos bens culturais, à saúde e à habilitação, ao transporte de boa qualidade, à vida digna de cidadão merecedor de todo respeito”.

Percebemos, então, a importância de compreender que o que está em jogo não é a simples transformação de uma pessoa iletrada em letrada, mas a própria transformação da sociedade:

O que está em jogo é a transformação da sociedade como um todo, pois, enquanto vivermos numa estrutura social cuja existência mesma exige desigualdades sociais profundas, toda tentativa de promover a ascensão social dos marginalizados é, se não hipócrita e cínica, pelo menos de uma boa intenção paternalista e ingênua (BAGNO, 1999, p.91).

Para tanto, é necessário um trabalho intenso e contínuo para conscientizar as pessoas que os preconceitos se fixam de tal maneira na mente que as atitudes preconceituosas se tornam parte integrante do nosso próprio modo de ser e de estar no mundo: “O tipo mais trágico de preconceito não é aquele que é exercido por uma pessoa em relação a outra, mas o preconceito que uma pessoa exerce contra si mesma” (BAGNO, 1999, p.97).

Apenas com ações efetivas, a escola poderá fazer com que o preconceito linguístico seja erradicado, ações essas que requerem conscientização a respeito da diversidade, das variações linguísticas e do próprio funcionamento da linguagem em uso em nossa sociedade.

2 PRECONCEITO LINGUÍSTICO: SOCIEDADE E ESCOLA

Todas as línguas variam, não existe nenhuma sociedade ou comunidade na qual todos falem da mesma forma. A variedade linguística é o reflexo da variedade social e como, em todas as sociedades, existem diferenças de status ou de papel, essas diferenças se refletem na linguagem.

As línguas fornecem também meios de constituição de identidade social. Por isso seria estranho, quando não ridículo, um velho falar como uma criança, uma autoridade falar como um marginal social, etc. Muitos meninos não podem usar a chamada linguagem correta na escola, sob pena de serem marcados pelos colegas, porque em nossa sociedade a correção é considerada uma marca feminina. As variações linguísticas são condicionadas por fatores internos da língua ou por

fatores sociais, ou por ambos ao mesmo tempo (POSSENTI, 1996, p.35).

Entendemos, assim, que todas as línguas mudam, de maneira que não há razão de ordem científica para exigir que alunos e a própria sociedade dominem formas arcaicas que nunca ouvem e que pouco encontram em textos escritos. Não se trata de preconceito contra o domínio e a manutenção de formas mais arcaicas, mas de não haver preconceito contra a utilização da linguagem mais informal.

O reconhecimento da existência de muitas variedades linguísticas é fundamental para que o ensino em nossas escolas seja conseqüentemente melhorado. Em toda comunidade linguística, encontramos variação, isto é, nenhuma língua é falada do mesmo jeito em todos os lugares, assim como as pessoas não falam igual. Mas os grupos de falantes prestigiados tendem a julgar outros que utilizam variantes linguísticas não padrão, por exemplo, considerando que essa diferença é um defeito ou um erro.

É o que nos explica Sírío Possenti (1996, p.29):

O preconceito é mais grave e profundo no que se refere a variedades de uma mesma língua do que na comparação de uma língua com outras. As razões são históricas, culturais e sociais. Aceitamos que os outros falem diferente. Mas, não aceitamos pacificamente que os que falam ou deveriam falar a mesma língua falem de maneira diferente.

Há uma relação de suma importância entre escola e sociedade, no que se refere ao preconceito linguístico, pois a escola tem um papel muito importante no combate a tipo de problema. Entretanto, a escola muitas vezes rejeita e ignora a linguagem trazida pelo aluno, característica do grupo social a que pertence.

Sabemos que a língua é um instrumento de comunicação. Portanto, se a escola cobrada pela sociedade admitisse essa função da língua, os alunos seriam conscientizados sobre a importância da diversidade linguística. A livre expressão, sem censura, sem receio, seria uma consequência natural vinda de hábitos de leitura e de produções textuais. A escola incluiria mais do que excluiria, pois seu papel também é de garantir o acesso do aluno a uma gama intensiva de habilidades linguísticas orais e escritas (BORDENAVE, 2000, p. 35).

Marcos Bagno (1999, p.168) afirma que:

Ensinar bem é ensinar para o bem. Ensinar para o bem significa respeitar o conhecimento intuitivo do aluno, valorizar o que ele já sabe do mundo, da vida, reconhecer na língua que ela fala sua própria identidade como ser humano. Ensinar para o bem é acrescentar e não suprimir, é elevar e não rebaixar a auto-estima do indivíduo. Somente assim, no início de cada ano letivo, este indivíduo poderá comemorar a volta às aulas, em vez de lamentar a volta às aulas.

Na verdade, o preconceito linguístico também é um disfarce para o preconceito social, pois geralmente não é a língua da pessoa que é discriminada, mas a própria pessoa. A língua é baseada na realidade do falante e da sociedade em que ele vive, pois desde criança já temos uma gramática fixada em nossa mente, que se manifesta de acordo com o contexto em que vivemos. A gramática existe para descrever o funcionamento da língua e não para dizer como ela deve ser.

O indivíduo consciente do que é a variedade linguística teria melhores condições de pensar racionalmente sobre os vários papéis sociais e linguísticos de cada indivíduo dentro da sociedade. E a escola tem esse objetivo de promover o ensino cidadão e consciente da diversidade e das práticas intrínsecas da linguagem, pois linguagem e educação estão entrelaçadas com os processos de dominação (PERINI, 1999, p. 60).

É possível que a escola, apesar de ser tradicionalmente excludente, passe a contribuir profundamente para a libertação e formação do indivíduo; é seu papel lutar contra todos os tipos de preconceito, as discriminações sexuais, de raça, sociais e linguísticas. É assim que ela, enquanto instituição de formação de cidadãos, pode promover a valorização da cultura e o respeito mútuo à diversidade.

3 PRECONCEITO LINGUÍSTICO E ENSINO DE PORTUGUÊS

O ensino tradicional da língua portuguesa está ancorado na gramática normativa e em todos os preceitos estabelecidos historicamente para os usos da boa linguagem. A gramática tradicional despreza os fenômenos da língua oral, e impõe a rigidez do domínio da norma culta como a única forma legítima de falar e escrever.

O que aconteceu, ao longo do tempo, foi uma inversão da realidade histórica. As gramáticas foram escritas precisamente para descrever e fixar como regras e padrões as manifestações linguísticas usadas espontaneamente pelos escritores considerados dignos de admiração, modelos a ser imitados. Ou seja, a gramática normativa é decorrência da língua, é subordinada a ela, dependente dela. (BAGNO, 1999, p.80).

A verdadeira tarefa de uma gramática seria a de definir, identificar e localizar os falantes mais letrados, coletar a língua usada por eles e descrever essa língua de forma clara, objetiva e com critérios teóricos e metodológicos coerentes.

Em relação ao uso da gramática na escola, Bagno deixa claro suas perspectivas de uso dela enquanto um manual auxiliar na modalidade escrita da língua:

Depois de muita discussão, pesquisa e reflexão sobre a necessidade ou não de ensinar gramática na escola, os linguistas e educadores que propõem um ensino de língua mais sintonizado com as reais necessidades dos cidadãos concluíram que, definitivamente, não cabe mais desperdiçar o tempo e o espaço da escola com a tentativa de inculcar nos aprendizes uma nomenclatura técnica interminável para ser aplicada em exercícios de análise sintática ou morfológica sem nenhum objetivo claro e definido (BAGNO, 1999, p.85).

Desse modo, muitos educadores se perguntam: e o que devo ensinar nas minhas aulas? E sabemos que os estudos em torno das variações já modificou, e muito, a perspectiva do ensino da língua:

Já está aprovado que o ensino da nomenclatura tradicional e a prática da análise morfológica e sintática não contribuem em nada para formar cidadãos capazes de ler e escrever com prioridade, eficiência, criatividade e segurança. (...) Todas as milhares de horas-aulas

jogadas fora todo ano com a decoreba inútil e enfadonha da nomenclatura gramatical e com os exercícios de análise morfológica e sintática têm de ser integralmente dedicadas à tarefa de letramento dos nossos estudantes. Ler e escrever é isso que importa. Ler e escrever textos variados, de todos os tipos e de todos os gêneros que circulam na sociedade (BAGNO, 1999, p.86).

A partir da aplicação dessa nova metodologia, o aluno se tornará habilitado ao universo letrado da sociedade atual, entrando em contato com as várias maneiras de uso da linguagem, que exige de nós capacidades de leitura e escrita cada vez mais intensas.

Portanto, a grande tarefa da educação linguística contemporânea é permitir, incentivar e desenvolver o letramento abrangente e eficaz dos alunos. Ou seja, incentivar a plena inserção desses sujeitos na cultura letrada em que eles vivem.

Sírio Possenti (1996, p.20) acrescenta que:

Uma das medidas para esse grau de utilização efetiva da língua escrita possa ser atingido é escrever e ler constantemente, inclusive nas próprias aulas de português. Ler e escrever não são tarefas extras que possam ser sugeridas aos alunos como lição de casa e atitude de vida, mas atividades essenciais ao ensino da língua. Portanto, seu lugar privilegiado, embora não exclusivo, é a própria sala de aula.

Porém, devemos deixar claro que não se trata agora de incentivar um preconceito contra o domínio da língua padrão, conseqüentemente contra a gramática normativa. Na verdade, trata-se apenas de tentar minimizar o preconceito contra a diversidade e as variações linguísticas: “Trata-se de aceitar que se utilizem também nos textos escritos formas linguísticas mais informais (o que não quer dizer aceitar todas), que, em geral, consideramos aceitáveis apenas na fala” (POSSENTI, 1996, p.41).

Haveria muitas vantagens no ensino da língua portuguesa se a escola propusesse como padrão ideal da língua a ser atingido pelos alunos a escrita dos jornais ou dos textos científicos, ao invés de ter como modelo a literatura antiga. Portanto, no dia em que as escolas derem conta de que estão ensinando aos alunos o que eles já sabem, uma nova ordem na estrutura do ensino de língua materna será implementada. Isso vale principalmente para a tentativa de não avaliar a inteligência do aluno com base na desvalorização de seu dialeto.

Sobre esse assunto, Bagno (1999, p.133) é contundente em afirmar:

Esse ensino tradicional, como eu já disse, em vez de incentivar o uso das habilidades linguísticas do indivíduo, deixando-o expressar-se livremente para somente depois corrigir sua fala ou sua escrita, age exatamente ao contrário: interrompe o fluxo natural da expressão e da comunicação com a atitude corretiva, cuja consequência inevitável é a criação de um sentimento de incapacidade e incompetência.

A partir de tudo que foi discutido em relação ao ensino do português, fica visível que é preciso escrever e impor uma gramática da língua urbana, de prestígio brasileira em termos simples, claros e objetivos, com o intuito declaradamente didático e pedagógico, que sirva de suporte para os professores, alunos e falantes em geral. Sem essa gramática que nos descreva e explique a língua efetivamente falada pelas classes mais letradas.

Enquanto essa gramática não é utilizada, devemos combater o preconceito linguístico com as armas que dispomos e direcionar o ensino da língua portuguesa para atividades dinâmicas e inovadoras. Nesse sentido, o aluno tem a possibilidade de entrar em contato com um leque variado e abrangente de modalidades linguísticas e aprender os ambientes de uso adequados para essas modalidades.

Nessa nova postura de reflexão, é indispensável que o professor procure, tanto quanto possível, estar sempre a par dos avanços das ciências da linguagem e da educação: lendo literatura científica atualizada, assinando revistas especializadas, filiando-se a associações profissionais, frequentando cursos, aderindo a projetos de pesquisa, participando de congressos, levantando suas dúvidas e inquietações em debates e mesas-redondas (Bagno, 1999, p.141).

Assim compreendemos a importância da formação continuada dos professores que, através de estudos e especializações, podem acessar as habilidades para dar conta da difícil tarefa de fazer o falante enxergar a riqueza sociocultural de sua própria língua. Nesse sentido, o professor terá sempre um papel importantíssimo no combate ao preconceito linguístico, pois, se ele não conhece os conceitos e formas de combatê-lo, não saberá diferenciar o erro de uma variedade linguística, e será supostamente um precursor do preconceito na sala de aula e na escola. Daí a importância dos professores conhecerem e se familiarizarem sobre esse tema e terem uma nova postura teórica e prática sobre o ensino da língua portuguesa. “É definitivamente necessário começar a conceber a gramática como uma disciplina viva, em revisão e elaboração constante” (PERINI, 1996, p.16-17).

Assim, faz-se necessário que cada professor de língua assuma uma posição de cientista e investigador, de produtor de seu próprio conhecimento linguístico teórico e prático, e abandone a velha atitude repetidora e reprodutora de uma doutrina gramatical contraditória e incoerente. Fazendo a crítica ativa da nossa prática diária em sala de aula, talvez tenhamos de continuar ensinando aquelas coisas que nos são cobradas pela sociedade, pela direção das escolas, pelos pais dos nossos alunos. Porém, podemos ensinar essas coisas criticando-as. Diante das cobranças de pais, diretores ou donos de escola, mostrar que as ciências todas evoluem, e que a ciência da linguagem também.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso ter em mente que tudo aquilo que é considerado erro pela gramática normativa tem uma explicação lógica e perfeitamente demonstrável.

Enquanto a língua é um rio caudaloso, longo e largo que nunca se detém em seu curso, a gramática normativa é apenas um igapó, uma grande poça de água parada, um charco, um brejo, um terreno alagadiço, à margem da língua. Enquanto a água do rio, por estar em movimento, se renova incessantemente, a água do igapó envelhece e só se renovará quando vier a próxima cheia (BAGNO, 1999, p. 82-3).

Assim, vimos neste trabalho que valorizar e respeitar a forma de comunicação de cada grupo de indivíduos é um papel de suma importância na escola e na própria sociedade. Entender que, assim como tudo no universo muda, a língua também muda. E não existe uma

variedade de língua melhor ou mais correta do que a outra, pois toda variedade linguística atende às necessidades da comunidade de seres humanos que a empregam.

Verificamos que o preconceito linguístico no Brasil ocorre muitas vezes por falta de conhecimento sobre a diversidade e que muito desse preconceito pode ser minimizado com ações desenvolvidas na escola para dar a todos os alunos as informações coerentes a respeito dos fenômenos linguísticos.

Nesse sentido, é primordial se pensar e pôr em prática uma formação de professores, capacitando-os para as habilidades que serão desenvolvidas no reconhecimento da importância da diversidade linguística e de como manuseia-la na escola, com os conteúdos de língua portuguesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: O que é, Como se faz**. São Paulo: Loyola, 1999.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é comunicação**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PERINI, Mário A. **Gramática Descritiva do Português**. São Paulo: Ática, 1999.

POSSENTI, Sírio. **Porque (não) ensinar gramática na escola**. Campinas, SP: Coleção Leituras no Brasil, 1996.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 1994.